

Sistema Eproc: Diretoria da AOJESP se reúne com juízes assessores da Presidência do TJSP



Representada por Cássio Ramalho do Prado (presidente), Mário Medeiros Neto (secretário-geral), Emerson Luiz Ferreira Franco (diretor financeiro), Marilda Lace (diretora jurídica) e Marcus Vinícius Nóbrega de Salles (secretário de Normas de Serviço), a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) foi recebida no Palácio da Justiça no dia 21 de novembro pelos juízes assessores da Presidência responsáveis pela Tecnologia da Informação, Planejamento e Gestão do Poder Judiciário estadual Felipe Albertini Nani Viaro e Cristiano de Castro Jarreta Coelho. Participaram também os servidores Bruno Moretti Filho (GMS_eproc/coordenador de Governança para Migração de Sistema) e Bruno dos Santos Ferrão Amaro Lobosque Erwenne (GMS_eproc1/chefe de seção).

O intuito principal da reunião foi dialogar sobre a implementação do sistema processual Eproc no Poder Judiciário paulista. O sistema, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), é utilizado por diversos tribunais que atuam, de forma colaborativa, nas atualizações de versões e no desenvolvimento de novos módulos, buscando atender às necessidades da Justiça com foco na agilidade, eficiência, automatização e modernização da plataforma de trabalho.

Conforme o juiz Felipe Nani Viaro, a nova ferramenta trará novidades que facilitarão inclusive o serviço realizado pelos Oficiais de Justiça: “O sistema otimizará inúmeras situações e possibilitará que os Oficiais trabalhem via celular com maior agilidade e segurança”, discorreu o juiz.

Com relação ao prazo para a transição e implementação do sistema, Dr. Cristiano Jarreta antecipou que o processo será iniciado gradativamente conforme a implementação escalonada do Eproc nas unidades de 1º e 2º Grau: “Iniciaremos no final de março ou começo de abril do próximo ano e a implantação ocorrerá por matéria, tendo início pelos juizados especiais da capital e, na sequência, os juizados do interior, sendo que o criminal será integrado por último”, informou o juiz, que acrescentou: “inicialmente, somente os novos processos tramitarão no Eproc e a migração dos processos em andamento ocorrerá posteriormente”, frisou Dr. Cristiano Jarreta Coelho.

Segundo o presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado, a reunião com os juízes assessores foi produtiva: “Assim como a OAB e o Ministério Público, a AOJESP, entidade representante dos Oficiais de Justiça, foi convidada a conhecer as funcionalidades e tomar ciência sobre como será implementado o e-Proc. A AOJESP irá participar do processo enviando sugestões a fim de que os Oficiais possam ser atendidos, tornando o sistema mais eficiente para atuação da nossa categoria”, discorreu Cássio Ramalho.



Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Cássio Ramalho do Prado
1º Vice Presidente: Magali Marinho Pereira
2º Vice Presidente: Rosimeire Soares Bianchi
Secretário Geral: Mário Medeiros Neto
1º Secretário: Márcio Lucas Egydio
2º Secretário: Márcia Sueli de Santi Prado Sallesse
Diretor Financeiro Geral: Emerson Luiz Ferreira Franco
1º Diretor Financeiro: Abel Paes de Almeida
2º Diretor Financeiro: Valdir Gabriel Vieira
Diretora Jurídica: Marilda Lacerda
Diretor de Patrimônio: Edmur Braga Foganholo
Coordenador Geral do Conselho de Representantes: Sandra Cristina de Freitas Corvino

CONSELHO ESPECIALIZADO

Secretário de Comunicações: Maria de Lourdes Santa Rosa Cavarese
Secretário de Normas de Serviço: Marcus Vinícius Nobrega de Salles
Secretário de Assuntos Legislativos: Mauro Rodrigues Pinto
Secretário de Saúde Funcional: Iara Silva Morro
Secretário de Ética e Ouvidoria: Enizal Vieira
Secretário de Aperfeiçoamento Profissional: Vagner Sebastião
Secretário de Inativos: Carmen Silva de Arruda

CONSELHO FISCAL

Eduardo Henrique Puydinger De Fazio
 Izidoro Wilson Mascagni
 Manoel Antônio de Carvalho Vallim Filho
 Clorinda Saveria Rizza
 Walter dos Santos Rodrigues
 Ramiro Vasconcelos Muniz
 Roberto Alves Tavares

Jornalistas responsáveis: Luiz Felipe Di Iorio (MTB nº 46.736-SP) e João Paulo Rodrigues (MTE 977/AL)

Fale com a AOJESP:

   @aojesp



ATENDIMENTO:
(11) 98237-3028



JURÍDICO:
(11) 98524-0509



AOJESP INFORMA:
(11) 96422-4105

WWW.AOJESP.ORG.BR

PALAVRA DO PRESIDENTE

AOJESP e a luta pela valorização do Oficial de Justiça

Por Cássio Ramalho do Prado

A AOJESP acaba de completar 74 anos no dia 5 de dezembro. Uma história cheia de conquistas e de defesa dos direitos dos Oficiais de Justiça, em especial nestes últimos anos com a diretoria Novos Rumos no comando da entidade. São nove anos em que a categoria alcançou avanços inquestionáveis.

Este ano de 2024 começou com um cenário desafiador imposto pelo Provimento GC 27/23. Desde então, a AOJESP, por meio da sua diretoria, procurou a Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), já no primeiro dia, para pedir suspensão da vigência até que o texto fosse melhorado. Apesar de não haver acordo, conseguimos avançar em dois pedidos: redução do conceito de local vizinho de 500m para 200m (diminuindo o agrupamento) e a possibilidade do pagamento da antecipação para todos Oficiais de Justiça que cumprem mandados da Justiça Gratuita.

Na esteira dessa discussão, a AOJESP contratou o renomado escritório do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dr. Ayres Brito, para realização de um parecer sobre o provimento. Com base no parecer, ingressamos como terceiro interessado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), onde o Conselheiro Marcello Terto, responsável pelo julgamento do Procedimento de Controle Administrativo (PCA), reconheceu a AOJESP como legítima representante dos Oficiais de Justiça no Estado de São Paulo.

Mas foi por meio do intenso trabalho de negociação e dos pedidos da AOJESP junto à Corregedoria que conquistamos: o deferimento do registro de frequência (ponto) uma vez por semana; o reconhecimento de que o agrupamento de mandados se encerra no cumprimento do mandado; o entendimento de que as cotas adicionais, nos mandados com deslocamento, são devidas independente da completude do lote de 10 mandados, entre outros avanços.

Ainda há muito por fazer, e a AOJESP tem trabalhado para que novas conquistas ocorram.

No legislativo, criamos a Frente Parlamentar Mista dos Oficiais de Justiça, idealizada pelo presidente da AFOJEBRA Mario Medeiros Neto, e avançamos no Congresso Nacional para obtermos o reconhecimento do risco no exercício da função e o porte de arma. Isso só foi possível graças ao apoio dos deputados federais Ricardo Silva (presidente da Frente) e Coronel Meira (vice-presidente) e Jonas Donizete.

Atendendo a reiterados pedidos bem fundamentados da AOJESP, o TJSP realizou concurso para Oficiais de Justiça no interior e Capital. As nomeações para o interior já estão ocorrendo.

Conquistamos junto a Escola Judicial dos Servidores – EJUS, através do Dr. Luiz Renato Bariani Pérez, a formatação de um curso para Oficiais de Justiça inêdito, com professores indicados pela AOJESP, dentre os quais os diretores: Vagner Sebastião, Roberto Tavares e Izidoro Mascagni.

Fomos recebidos pelo juízes assessores da Presidência do TJSP, responsáveis pela instalação do sistema E-Proc, Felipe Albertini Nani Viaro e Cristiano de Castro Jarreta Coelho, para que nós, Oficiais de Justiça, através da AOJESP, tenhamos a possibilidade de apresentar sugestões a fim de facilitar a sua utilização. Pela primeira vez, seremos ouvidos para levar aos Oficiais de Justiça, um sistema que nos atenda.

As ações acima demonstram que a AOJESP continua na direção certa pela valorização dos Oficiais de Justiça e não desistiremos.

A todas e a todos os associados desejamos um Natal repleto de luz e harmonia e um novo ano com paz para todos.

Cássio Ramalho do Prado

Presidente da AOJESP



Oficial de Justiça Agente de Estado: Uma construção política

Por Mário Neto

A AFOJEBRA, quando ainda tinha a denominação de "FOJEBRA", patrocinou a PEC 414/2014 que visava o reconhecimento do cargo como Agente de Estado. Com o passar dos anos e o estudo minucioso da questão percebemos que, estatisticamente, as chances de aprovar esse tipo de projeto era praticamente inexistente. Além disso, em contato com governadores e pessoas do alto escalão da República, fomos informados de que a mera aprovação de um projeto não bastaria para nos elevar a essa condição, sendo imprescindível que as atribuições demonstrassem isso. Sem a mudança de atribuições condizentes com o status de Agente de Estado, não teríamos esse reconhecimento. Passamos então a trabalhar outra estratégia, a de redimensionar nossas atribuições adequando-as à condição de Agente de Estado. Passamos a estudar as possibilidades e que essas fossem compatíveis com o que já fazíamos, apenas redimensionando o alcance de modo a se tornar mais relevante para a sociedade, para o Poder Judiciário e, assim, nos colocar na condição de Agentes de Estado. Desde 2017 temos trabalhado essa estratégia, ao mesmo tempo, em que, ao traçar os objetivos da entidade, percebemos a necessidade de desenvolvermos um empoderamento político a fim de viabilizar os projetos de nosso interesse. Estimulamos que nossos dirigentes se lançassem candidatos em seus estados. Os espaços políticos começaram a ser ocupados pela categoria. Hoje temos um deputado federal, um Superintendente Regional do Trabalho, em Alagoas e vários candidatos concorrendo a deputados em seus estados. Contratamos uma Assessoria Parlamentar profissional em Brasília. Criamos a nossa Frente Parlamentar Mista dos Oficiais de Justiça. Tudo isso nos levou a grandes vitórias recentes. Aprovamos no Senado o projeto de Porte de Armas para os Oficiais de Justiça, com emenda feita pela nossa assessoria e encaminhada por senadora da nossa frutífera Frente Parlamentar, criada como reforço de estratégia política, e esse projeto agora foi para a Câmara. Aprovamos, também no Senado e com emenda também proposta por senadora da nossa Frente, projeto que nos inclui como categoria exposta ao risco no exercício da atividade ou em função dela, ao lado de magistrados e membros do Ministério Público.

Endereçado à Câmara, houve resistência forte do presidente da Casa, querendo derrubar nossa emenda. O presidente da nossa Frente, Ricardo Silva, e o vice-presidente que assumirá, Jonas Donizete, propuseram emenda de bancada para pedir DESTAQUE na votação. Somado ao trabalho gigantesco do Coronel Meira, que assumirá a presidência da Frente, no convencimento dos deputados, e o trabalho dos dirigentes da AFOJEBRA em seus estados colhendo o compromisso dos parlamentares em votar conosco, o projeto foi pautado e ao notar que nossa Frente estava muito fortalecida, o presidente da Casa chamou nosso deputado Ricardo Silva e pediu a retirada das emendas de bancada. Ricardo resistiu e vendo sem forças para aprovar, o presidente da Câmara tirou de pauta para não arriscar perder na votação. Estamos trabalhando para pautar em momento oportuno.

Fora esses avanços, a nossa estratégia nacional de alcançar o status de Agente de Estado começou a dar resultado. Em reunião com o Ministro Barroso, em março deste ano, conversamos sobre a necessidade de redimensionamento das nossas atribuições em face do avanço tecnológico e o ministro abraçou a ideia, além de montar grupo de trabalho para desenvolver conosco o projeto de Agente de Inteligência Processual, com acesso direto às ferramentas de pesquisas eletrônicas disponibilizadas pelo CNJ, em perfil próprio na página do Conselho. Entendemos que somente um Agente de Estado pode possuir acesso ao sigilo fiscal, bancário e pessoal do cidadão, mais a atribuição de bloquear bens e valores eletronicamente. Dessa forma, alcançamos o objetivo de obter uma atribuição de Agente de Estado para, consequentemente, sermos reconhecidos como tal. Estratégias pensadas e desenvolvidas nos últimos 10 anos passam com mais frequência a apresentar seus resultados. Categoria organizada e estratégica tende a ser cada vez mais forte.

Mário Neto é presidente da AFOJEBRA e secretário-geral da AOJESP



AOJESP recebe juiz conselheiro da Escola Judicial dos Servidores

Dando continuidade aos diálogos iniciados no mês de setembro a respeito da realização dos cursos de capacitação para a categoria, a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) recebeu no dia 19 de novembro, em sua sede, a visita do juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera e conselheiro da EJUS, Dr. Luiz Renato Bariani Pérez, que se reuniu com os diretores Cássio Ramalho do Prado (presidente); Magali Marinho Pereira (vice-presidente) e Mário Medeiros Neto (secretário-geral e presidente da AFOJEBRA).

Na ocasião, os diretores da entidade relataram sobre projetos que redimensionam as atribuições dos Oficiais de Justiça que devem ser recomendados para todos os tribunais e apresentaram propostas para cursos de capacitação que visam qualificar e aprimorar o serviço realizado pela categoria. Conforme o juiz, a iniciativa da entidade é vista com bons olhos pela EJUS: “Enxergo essa atitude da melhor forma possível, pois a EJUS possui exatamente a missão de qualificar os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e essa parceria entre a AOJESP, a AFOJEBRA e o TJSP forma aquela equação em que todos ganham. Entendemos que o Oficial de Justiça é quem melhor sabe das carências para a devida qualificação da categoria”, declarou Dr. Bariani, que destacou a assiduidade dos servidores que participam dos cursos realizados pela escola: “A quantidade de servidores que frequentam os nossos cursos é surpreendente. É um público muito interessado em participar e se aprimorar”, ressaltou o conselheiro da EJUS.

Sobre os cursos que se iniciaram no mês de novembro, o presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado mencionou que alguns Oficiais procuraram a entidade preocupados por não conseguirem acompanhar ao vivo, querendo saber se há a possibilidade de acompanhar o conteúdo em uma nova ocasião. Dr. Bariani ressaltou que a EJUS abrirá em breve um período de inscrições que será disponibilizado na plataforma para que esses Oficiais tenham a oportunidade de acompanhar as aulas, garantindo a sua certificação através do percentual de frequência, que é de 75%.



AOJESP recebe a visita do juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional de Itaquera e conselheiro da EJUS, Dr. Luiz Renato Bariani Pérez.

Para encerrar, Dr. Luiz Renato Bariani Pérez discorreu a respeito da importância desta parceria entre a EJUS e a AOJESP: “Quanto mais pudermos trabalhar juntos, mais positivo é para o servidor e para a sociedade.”, destacou Dr. Bariani, que se comprometeu a apresentar as propostas da AOJESP ao conselho técnico da EJUS.

O presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado, classificou a reunião como produtiva: “A reunião com Dr. Luiz Renato foi produtiva, trazendo uma perspectiva de qualificação dos Oficiais de Justiça orientados através da AOJESP.” Disse o presidente da AOJESP, Cássio Prado. Já para o presidente da AFOJEBRA, Mário Medeiros Neto, a AOJESP recebeu com muita satisfação a visita do Dr. Luiz Renato em sua sede para discutir questões de qualificação dos Oficiais de Justiça: “Trata-se de um magistrado sensível às demandas dos Oficiais de Justiça que demonstra conhecer muito bem nossas atribuições e nossas dificuldades. Assim, com a própria categoria participando das discussões sobre os cursos que devem qualificar os Oficiais de Justiça, vamos conquistando espaços que a categoria nunca teve”, comentou Mário Neto. Já a vice-presidente Magali Marinho Pereira destacou a importância de elevar a autoestima da categoria: “É muito importante para a autoestima do Oficial se sentir um protagonista no Poder Judiciário, e esses cursos vêm justamente para reforçar e trazer mais conhecimento à categoria”, finalizou Magali.



FAÇA PARTE DA NOSSA LINHA DE TRANSMISSÃO DO WHATSAPP (AOJESP INFORMA) E RECEBA EM PRIMEIRA MÃO AS NOTÍCIAS DA AOJESP NO SEU CELULAR! PARA PARTICIPAR, ADICIONE O NOSSO NÚMERO (11) 96422-4105 NOS SEUS CONTATOS E MANDE UMA MENSAGEM COM O SEU NOME E COMARCA SOLICITANDO A SUA PARTICIPAÇÃO!

AOJESP apresenta demandas dos Oficiais de Justiça à Corregedoria do TJSP

A diretoria da AOJESP esteve reunida no último dia 03 de dezembro com o juiz assessor da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), Renato Siqueira de Pretto, para discutir questões de interesse da categoria. Representaram a entidade, o presidente, Cássio Ramalho do Prado, a vice-presidente, Magali Marinho Pereira, a diretora jurídica, Marilda Lace, o diretor financeiro, Emerson Franco, e o diretor de normas de serviço, Marcus Salles.

Durante o encontro, Cássio Ramalho destacou os esforços da AOJESP em colaborar com a transição para o sistema E-Proc, que substituirá o atual Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Segundo o juiz assessor, essa mudança tem impactado nas discussões sobre os expedientes apresentados pela entidade, porque a mudança pode solucionar os impasses.

Outro tema prioritário foi a carência de Oficiais de Justiça em diversas comarcas. Renato Siqueira de Pretto reconheceu a importância do levantamento realizado pela AOJESP, que foi fundamental para viabilizar o atual concurso público. Segundo ele, as nomeações continuarão na medida que houver acomodação das relocações e os pedidos feitos por cada comarca.

A diretoria também falou sobre as cumulações obrigatórias de Oficiais de Justiça que já estão cheios de mandados na central remota.

“Temos muitos Oficiais de Justiça que já atuam exclusivamente no cumprimento de mandados pelo Teams em suas comarcas, desde 2020, tendo seus pedidos de relocação para a Sadm remota indeferidos e dezenas de Oficiais sendo obrigados a cumular o cumprimento de mandados remotos com mandados de rua. Não faz sentido. Isso precisa ser revisto e corrigido”, ressaltou Marilda Lace. A AOJESP pleiteia que seja priorizada a lista de voluntários para relocação ao invés das cumulações compulsórias. Renato Siqueira de Pretto se comprometeu a avaliar os pedidos e considerou positiva a proposta da associação, indicando possibilidade de ajustes.

A diretoria também apresentou casos específicos de Oficiais de Justiça pendentes de análise na Corregedoria.

Um dos pedidos requer que mandados pra serem cumpridos em comarcas de outros estados não sejam cumpridos pelos Oficiais das cidades fronteiriças. “Se os Oficiais de Justiça não cumprem mandado fora da sua comarca, por que deveriam cumprir em outros estados?”, questionou Cássio.

Outra situação diz respeito às comarcas que não estão respeitando o registro de frequência, uma vez por semana, a qualquer hora e dia. O magistrado se comprometeu a resolver os problemas pontuais que estão surgindo.

Por fim, a diretoria pediu para utilizar as estações passivas nos casos de condução coercitiva na Capital e em Campinas. Segundo os dirigentes, o método agiliza o trabalho e da celeridade ao cumprimento das ordens judiciais, evitando grandes deslocamentos fora da área de atuação do Oficial de Justiça.

Ao final da reunião, a vice-presidente Magali Marinho Pereira reiterou um pedido para que a Corregedoria seja mais clara e objetiva em suas normatizações, evitando divergências de interpretação.



TJSP atende pedido da AOJESP sobre desbloqueio da consulta do FAM

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo atendeu ao pedido da AOJESP a respeito do desbloqueio do saldo do Fator de Atualização Monetária (FAM) dos servidores da corte paulista, bem como a expedição da certidão que consta o apontamento do saldo, sem prejuízo de voltar a proceder aos pagamentos administrativos, ainda que parcelados, àqueles Servidores enfermos e necessitados financeiramente. Em resposta recebida pela entidade, a presidência do TJ informou ter realizado o desbloqueio da consulta do saldo do FAM e orientou acerca da liberação da suspensão do pagamento administrativo, de quem ajuizou qualquer ação judicial contra a Fazenda Pública. **Para isso, os servidores deverão proceder da seguinte forma:**

- Solicitar cópia da certidão do FAM em sgp.fam@tjsp.jus.br (nela, se houver bloqueio, constará o número do processo);
- Após, requerer no cartório em que tramita o processo que constou na certidão no FAM, que é contra a Fazenda Pública, a certidão de objeto e pé, modelo 507122;
- Por fim, encaminhar para sgp.fam@tjsp.jus.br a certidão de objeto e pé extraída, para retirar a suspensão de pagamento administrativo.

A partir daí, poderá haver o pagamento administrativo do FAM, conforme a autorização da Presidência. Em caso de dúvidas sobre como obter as certidões, os nossos associados devem manter contato com o departamento jurídico da AOJESP através dos seguintes canais:

Telefone da sede: (11) 3585 – 7800
WhatsApp Jurídico: (11) 98524 – 0509
Ou via e-mail: juridico@aojesp.org.br

AOJESP realiza encontro dos Oficiais de Justiça aposentados

O Departamento de Turismo da AOJESP retomou suas atividades de viagens no dia 22 de novembro de 2024 com o "Encontro dos Aposentados", reunindo associados e convidados em um evento repleto de lazer, cultura e confraternização no Hotel AOJESP, em Caraguatatuba, no litoral norte de São Paulo. Vale destacar que o hotel é uma obra projetada pelo renomado arquiteto Oscar Niemeyer.

A viagem teve início às 11h com a saída da sede da AOJESP, em São Paulo. Durante o trajeto, o grupo fez uma parada estratégica no Restaurante Fazenda da Comadre para um delicioso almoço e, por volta das 16h, foi recepcionado no hotel com um café da tarde. À noite, o grupo participou de uma animada sessão de karaokê, promovendo interação e diversão entre os presentes.

No segundo dia, os participantes começaram a manhã com um café reforçado e seguiram para uma visita à praia, retornando ao hotel no início da tarde. O tempo que parecia chuvoso não atrapalhou em nada a diversão de quem estava presente. À noite, o destaque foi a realização de um baile de flashback, com músicas das décadas de 70, 80 e 90, comandado por um DJ que trouxe a atmosfera da discoteca para a pista de dança.

No dia 24, as atividades na praia foram retomadas, aproveitando um clima ensolarado que favoreceu o banho de mar. O dia terminou com o famoso bingo maluco, que distribuiu prêmios inusitados, proporcionando momentos de risadas e descontração entre os participantes. Mas também teve um bingo com bons prêmios, que deixou todo mundo envolvido na disputa pelas melhores recompensas.

No último dia (25/11), o grupo partiu após o café da manhã de volta a São Paulo. O evento reuniu 60 pessoas, entre aposentados associados e seus convidados, em uma iniciativa cuidadosamente organizada pela equipe da AOJESP, liderada pela vice-presidente Magali Marinho Pereira e pelos responsáveis pelo Departamento de Turismo, Maurício e David, com o apoio do gerente Reginaldo e da equipe do hotel.

A viagem foi marcada por momentos de integração e diversão, celebrados por participantes como a Cinthia Berto Canola, que é filha do associado Anízio Canola. "Muita gratidão por vocês terem proporcionado uma alegria contagiante em todos que estavam ali. Foi tudo maravilhoso. Só temos que agradecer por essa equipe nota 1000. E que venha o próximo!", afirmou.

Em breve, divulgaremos os próximos eventos do departamento de turismo da AOJESP!



Oficiais de Justiça eleitos reforçam a importância de ocupação dos espaços na política



Nas eleições municipais de outubro deste ano, vários Oficiais de Justiça no estado de São Paulo participaram e, até, conquistaram posições de destaque como prefeitos e vereadores, demonstrando a capacidade e a competência desses profissionais para ocupar cargos públicos de grande responsabilidade.

Os Oficiais de Justiça eleitos incluem Ricardo Silva, que venceu para prefeito em Ribeirão Preto, e Paulinho de Herculânia, reeleito prefeito de Herculânia. Além disso, Tião do Fórum (Sebastião Garcia do Amaral) foi eleito vereador em Bragança Paulista e Paulo Correia vereador de Barretos. Na cidade de Promissão, também teve o Oficial de Justiça José Aparecido Gargaro eleito vice-prefeito.

A eleição desses representantes ressalta a importância de ampliar a presença de servidores públicos na política, especialmente daqueles que têm conhecimento profundo sobre as necessidades da população e o funcionamento do sistema de justiça.

Alguns Oficiais de Justiça também ficaram como suplentes, e poderão vir a ocupar cargos no legislativo na ausência dos eleitos, incluindo André Rocha em Araras, Valtinho Nene em Catanduva, Wanderley Maduro no Guarujá e José Roberto Abdo Domingos em São João da Boa Vista.

Para o presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado, a experiência dos Oficiais de Justiça no trato direto com a população os torna aptos para atuar em defesa dos interesses coletivos. "A ocupação desses espaços reforça que os Oficiais de Justiça possuem a competência e o preparo necessário para assumir cargos de liderança, promovendo um diálogo transparente e próximo da realidade da população", explicou Cássio.

JURÍDICO AOJESP EM AÇÃO POR SEUS DIREITOS

PASEP: ação destinada a servidores que ingressaram no serviço público até 17.09.1988 e tenham sacado saldo ou solicitado extrato nos últimos 10 anos. Há indícios de que o Banco do Brasil, como gestor do PASEP, não tenha administrado os recursos de acordo com a legislação vigente, gerando prejuízo aos titulares das contas. O termo inicial do prazo prescricional para a propositura dessa ação, segundo o STJ (REsp 1.895.936-TO), seria a partir do dia que o servidor toma ciência dos desfalques realizados na sua conta individual vinculada ao PASEP.

ABONO PERMANÊNCIA: ação destinada a servidores que se aposentaram há menos de cinco anos e recebiam abono permanência. Decisão recente do STJ (REsp 1.971.130-RN) amplia a incidência do abono permanência sobre terço constitucional de férias e gratificação natalina. A ação visa o recálculo e retroativo do Abono Permanência sobre a licença-prêmio em pecúnia, férias e 13º Salário.

QUINQUÊNIOS E SEXTA-PARTE SOBRE O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO: a ação judicial visa o recálculo dos adicionais temporais para os Servidores Ativos ou Aposentados que recebem o Adicional de Qualificação no holerite.

QUINQUÊNIOS E SEXTA-PARTE SOBRE A UNIDADE REAL DE VALOR: a ação judicial visa o recálculo dos adicionais temporais para os Servidores Ativos ou Aposentados que recebem a URV no holerite.

FAM: ação visa o pagamento do FAM-Fator de Atualização Monetária, referente as perdas salariais ocorridas no período de 1984 a 1994. O último pagamento do FAM aos servidores, pela via administrativa, ocorreu em 2015. Os pagamentos de FAM, por prioridade (doenças graves), foram suspensos em 2023. O TJSP bloqueou as contas do FAM dos servidores e tirou as informações de saldo do portal do servidor. Não há perspectivas de pagamento pela via administrativa. Quem ainda não ajuizou ação pode ser surpreendido com entraves de prescrição.

E-mail: juridico@aojesp.org.br – WhatsApp: (11) 98524-0509 – Fone: (11) 3585-7800

AOJESP obtém decisão favorável em ação coletiva do Adicional de Qualificação



O departamento jurídico da Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo (AOJESP) obteve acórdão favorável em decisão que contempla os Oficiais de Justiça que estavam associados à entidade no ano de 2018, quando a ação foi proposta. Não serão contemplados com o resultado dessa ação os associados que já receberam os valores retroativos em ações individuais.

Em seu voto, o relator des. Torres de Carvalho foi a favor do provimento do recurso da entidade para que a sentença beneficie os associados à data da propositura, independentemente da apresentação de procuração, e pelo parcial provimento do recurso do Estado para que o adicional de qualificação incida sobre o vencimento (padrão ou salário-base), incluindo-se os décimos constitucionais incorporados do cargo exercido pelo servidor.

Entretanto, a AOJESP também obteve decisão favorável em Ação Coletiva sobre o recálculo dos adicionais temporais (quinquênio e sexta parte) sobre o Adicional de Qualificação. Nessa decisão, também cabe recurso. Conforme a diretora jurídica da AOJESP, Marilda Lace, a luta pelo pagamento correto do Adicional de Qualificação começou em 2015, quando foi implantado: “Acionamos a via administrativa, sem êxito, e posteriormente, a via judicial, buscando a incidência correta do Adicional de Qualificação como foi aprovado na Lei Complementar 1217/2013. Decisões favoráveis aos servidores, determinando seu pagamento sobre a base de contribuição previdenciária, foram revertidas ao longo do tempo através de uniformização de jurisprudência e incidentes de demandas repetitivas, prevalecendo o entendimento de decisões minoritárias. Não desistimos!”, pontuou Marilda

BRASÍLIA

MOBILIZAÇÃO DOS SERVIDORES GARANTE SUPRESSÃO DE ARTIGO PREJUDICIAL À PREVIDÊNCIA NA PEC 66/2023



O deputado Federal Darci de Matos (PSD/SC), relator da PEC 66/2023, apresentou parecer no dia 24 de outubro, suprimindo os artigos que visavam modificar a previdência dos servidores municipais, estaduais e federais. A decisão foi influenciada pela pressão exercida por servidores públicos e entidades representativas, como a AOJESP, AFOJEBRA e Pública – Central dos trabalhadores, que se mobilizaram para evitar prejuízos nas regras previdenciárias.

O parecer foi protocolado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados, com uma emenda supressiva, que remove os Art. 40-A (à Constituição Federal) e o Art. 3 (à proposta), que afetariam diretamente as previdências estaduais e municipais.

A PEC 66 originalmente obrigava todos os entes federativos a adotarem a reforma da Previdência de 2019 (Emenda Constitucional 103/2019). Isso incluiria a elevação da idade mínima para aposentadoria, aumento do tempo de contribuição, redução dos valores dos benefícios e maior alíquota de contribuição para servidores ativos e aposentados. Havia apenas uma exceção para a aplicação da PEC 66: entes federativos que previam, em seus regimes próprios de previdência social, regras ainda mais rígidas estavam isentos de adotar as normas definidas pela União. Ou seja, para a PEC 66, quanto mais severas fossem as regras de aposentadoria, melhor.

Com a pressão dos servidores e o trabalho das entidades, o relator entendeu a necessidade de preservar os direitos previdenciários desses profissionais, reconhecendo o impacto negativo que tais mudanças poderiam gerar.

A PEC 66/2023, originalmente voltada ao pagamento de precatórios, agora segue para deliberação na CCJC, onde será debatida em busca de um consenso sobre as alterações propostas.

Apesar da vitória, o presidente da AOJESP, Cássio Ramalho do Prado, alerta para que os servidores continuem vigilantes. “Esses artigos foram inseridos na PEC 66 como jabutis, ou seja, escondidos dentro do projeto. É assim que eles aprovam maldades sem que ninguém fique sabendo. Colocam um artigo do interesse deles dentro de um projeto que trata sobre outra matéria. Então, temos que ficar de olho. Essa tentativa de acabar com a previdência é antiga e se agravou em 2019. A qualquer momento eles podem tentar de novo, mas vamos seguir vigilantes”, afirmou Cássio.

Vitória! CCJ do Senado aprova porte de arma para Oficiais de Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou, em sessão ocorrida no dia 16 de outubro, parecer apresentado pelo senador Esperidião Amin (PP/SC) ao Projeto de Lei nº 4256/2019, com emenda que autoriza a concessão do porte de arma para os Oficiais de Justiça.

A apresentação da emenda é fruto da atuação conjunta das entidades nacionais AFOJEBRA (a qual a AOJESP é filiada), FENASSOJAF e FESOJUS. De autoria do senador Marcos Rogério (PL/RO), a emenda nº 4 garante o porte para os Oficiais de todo o Brasil, com a apresentação de requisitos como a comprovação de capacidade técnica e aptidão psicológica.

AFOJEBRA, FENASSOJAF e FESOJUS acompanharam a votação e, após a vitória, estiveram com o autor da matéria, senador Fabiano Contarato (PT/ES) para o agradecimento desta que é uma antiga bandeira da categoria.

facebook.com/HotelColoniaAojesp
 https://www.hotelaojesp.com.br
 hotelcolonia@aojesp.org.br
 @hotelaojesp



Esse é o seu Hotel no Litoral Norte de São Paulo!

Já pensou em curtir suas férias em uma belíssima praia do litoral norte Paulista? O nosso hotel tem quatro andares com elevador e um solarium no terraço com jardim que oferece uma belíssima vista para o mar e toda a estrutura que você precisa para viver dias incríveis na praia!

Nosso prédio é único no Litoral Norte de São Paulo, pois é uma das obras do renomado arquiteto Oscar Niemeyer. Seus belos jardins e a sua estrutura diferenciada fará com que as suas férias seja uma experiência única!

CONVÊNIOS E PARCERIAS

Com o objetivo primordial de zelar pelo bem-estar de seus sócios(as), a AOJESP estabeleceu parcerias para proporcionar vantajosos descontos aos associados(as) e seus familiares. São inúmeras opções nas áreas: educacional, farmácia, hotelaria, lazer e veículos.

“Temos buscado trazer não somente conquistas jurídicas, administrativas e políticas, mas buscamos também parcerias e convênios que atendam às necessidades de todos os nossos associados na área da saúde, educação, farmácias, veículos, hotéis, turismo e lazer. E se alguém tiver uma ideia ou contato interessante, basta entrar em contato conosco para viabilizarmos a parceria”.

Magali Marinho Pereira
 vice-presidente da AOJESP



EDUCACIONAIS:

- ATENEU BARÃO DE MAUÁ
- CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
- COLÉGIO ADVENTISTA DE CARAGUATUBA
- ESCOLA PAULISTA DE DIREITO
- FACULDADE ÚNICA
- INNOVARE
- MACKENZIE
- MEU CURSO
- OFICINA DO ESTUDANTE
- SPAZIO ITALIANO
- UNICESUMAR
- UNIFAVIP (GRUPO DAMÁSIO)
- UNYLEYA
- MUST UNIVERSITY - FLÓRIDA

FARMÁCIAS:

- DROGARIA SP / DROGARIA PACHECO
- EXTRAFARMA
- RAIA / DROGASIL

HOTÉIS:

- ACCOR HOTELS
- AOPM - CAMPOS DO JORDÃO
- AOPM - SERRA NEGRA
- BROTAS ECO RESORT
- HOTEL BLUE TREE TOWER -LINS
- HOTEL E AGÊNCIA ARAUNA
- HOTEL FAZENDA CAMPO DOS SONHOS
- HOTEL FAZENDA COLINA DOS SONHOS
- HOTEL FAZENDA HÍPICA ATIBAIA (ATIBAIA)
- HOTEL FAZENDA PARQUE DOS SONHOS
- HOTEL FAZENDA POÇOS DE CALDAS
- HOTEL FAZENDA ROCHEDO
- HOTEL FAZENDA SHANGRI-LÁ
- HOTEL PENÍNSULA
- HOTEL TERRA DOS SONHOS
- HOTEL VILLA ROSSA
- MIRANTE PRAIA HOTEL (OLIMPIA)
- NACIONAL INN
- NOBILE HOTELS E RESORTS
- PALACE HOTEL POÇOS DE CALDAS
- PANORAMA HOTEL E SPA (ÁGUAS DE LINDÓIA)
- PANORAMA PARK HOTEL - IGARAÇU DO TIÊTE

- ROCHEDO HOTEL FAZENDA
- SAN MICHEL HOTEL
- SAN RAPHAEL HOTEL
- TERRA PARQUE ECO RESORT

LAZER:

- AQUARIO DE SP
- BILHETERIA.COM
- CIDADE DA CRIANÇA
- CINEMARK
- PARQUE DA MÔNICA
- PERALTAS ACAMPAMENTO DE FÉRIAS
- SESI

VEÍCULOS:

- CHEVROLET (AMIGOS CHEVROLET)
- MOVIDA - ALUGUEL DE CARRO

SEGUROS:

- SEGURO DILIGÊNCIA E DE VIDA

**PARA MAIS INFORMAÇÕES, CONSULTE O NOSSO DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS ATRAVÉS DOS TELEFONES:
 (11) - 3585 - 7800 - (11) - 98237 - 3022 OU VIA EMAIL CONVENIO@AOJESP.ORG.BR**